

Nova base mira alfabetização mais cedo do que a atual

Proposta prevê que todos os alunos saibam ler e escrever até o 2º ano do ensino fundamental

Brasília - Referência para o que deve ser ensinado em todas as escolas do País - públicas e privadas -, a nova versão da base nacional comum curricular prevê que todos os alunos sejam alfabetizados até o 2º ano do ensino fundamental - mais cedo do que a meta prevista hoje.

A proposta anterior da base seguia as atuais diretrizes curriculares nacionais e a meta do Plano Nacional de Educação (PNE), que falava em dar foco à alfabetização das crianças até o 3º ano do ensino fundamental. Na prática, a ênfase ao processo de letramento passa dos 8 para os 7 anos de idade. A medida faz parte da terceira e última versão da base nacional curricular, entregue pela pasta nesta quinta-feira (6) ao Conselho Nacional de Educação, órgão associado ao MEC e que analisa mudanças em políticas educacionais.

Alvo de críticas acaloradas desde que a sua primeira versão foi lançada, em setembro de 2015, a base serve como uma espécie de guia do que deve ser implementado nos currículos em quatro grandes áreas do conhecimento. A previsão do MEC é que o modelo, que definirá até 60% do conteúdo a ser ensinado na educação infantil e ensino fundamental, chegue aos materiais didáticos e salas de aula públicas e particulares em 2019.

Um dos pontos sensíveis do debate é justamente a alfabetização que, de acordo com a proposta, é alterada com uma nova distribuição das habilidades a serem desenvolvidas durante o aprendizado nos dois primeiros anos do ensino fundamental. "O que estamos propondo não é uma meta, mas sim [definir] que os anos de alfabetização

Jornal FOLHA DE LONDRINA	Data 07/04/2017	Caderno ANO 68 – 20.856	Página 8
-----------------------------	--------------------	----------------------------	-------------

concentrados no letramento são o 1º e o 2º ano do ensino fundamental", explicou a secretária-executiva do Ministério da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro.

HABILIDADES

No documento, essa ênfase na alfabetização mais cedo se traduz por um conjunto de habilidades concentradas nesses dois primeiros anos. No 2º ano de língua portuguesa, por exemplo, é a habilidade em "reler os textos produzidos, com a mediação do professor e colaboração dos colegas".

De acordo com Zuleika de Felice Murrie, redatora da área de linguagens da base curricular, a "garantia" de proporcionar a alfabetização mais cedo ocorre, também, devido a uma maior introdução de estímulos à oralidade e escrita ainda na educação infantil. "Quando falamos em alfabetização, falamos em compreender como funciona o sistema da escrita, sabendo com quantas e quais letras se escreve uma palavra. A ideia é que esse domínio ocorra nos dois primeiros anos. Isso porque, mesmo que não se denomine como alfabetização, já foi antecipada uma boa percepção da oralidade, leitura e escrita na educação infantil. O aluno já tem uma bagagem", afirmou. Segundo ela, nos anos seguintes, a previsão é que haja maior enfoque na ortografia.

A mudança foi bem recebida por alguns especialistas. "O Brasil tradicionalmente esperava que estivesse alfabetizado aos 8 anos, para verificar isso só aos 9 anos. É muito tarde. Se não está alfabetizado, como o aluno vai aprender o resto?", questionou Denis Mizne, diretor da Fundação Lemann e integrante do Movimento pela Base.

CONTEÚDO 'ANTECIPADO'

A nova proposta para a base nacional curricular também antecipa alguns objetivos de aprendizagem - caso de alguns conteúdos do ensino médio que passaram para o 9º ano do ensino fundamental, segundo Maria Helena. O objetivo é facilitar a transição entre essas etapas.

Jornal FOLHA DE LONDRINA	Data 07/04/2017	Caderno ANO 68 – 20.856	Página 8
-----------------------------	--------------------	----------------------------	-------------

A terceira versão da base também traz outras mudanças. Uma delas é a atribuição de dez "competências" que devem ser desenvolvidas e estimuladas durante a educação básica. Fazem parte da lista a capacidade, a ser adquirida pelo aluno, de usar os conhecimentos para entender e explicar a realidade, exercer a curiosidade e reflexão crítica, formular e testar hipóteses, reconhecer manifestações culturais, entre outras.

Em uma das mudanças, o documento faz referência ao uso de tecnologias digitais, que devem ser usadas "de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas do cotidiano". Para Maria Helena, o incentivo à reflexão sobre o uso de tecnologias é um dos destaques da nova versão. "A capacidade de argumentação é algo que também está muito forte nessa base e que na outra não aparecia com tanta ênfase", afirmou.

Essas duas competências, segundo ela, estão interligadas. "As tecnologias digitais têm diminuído de alguma maneira a capacidade do jovem de conversar, falar, argumentar e defender seu ponto de vista. A tecnologia é tão momentânea que acaba superficializando a maneira como o jovem se coloca. Na ocupação de escolas isso ficou evidente. Não tinha uma causa clara e o jovem tinha dificuldade de defender muitas vezes o seu ponto de vista", completou.

A versão final da base nacional curricular depende, agora, da apreciação do CNE, que deve realizar cinco audiências públicas ainda neste ano. "A normatização da base será feita por meio de um parecer", explicou Eduardo Deschamps, presidente do CNE. De acordo com ele, o conselho tem a prerrogativa de fazer alterações no texto, "mas todo o processo realizado até agora será respeitado".

Natália Cancian e Sabine Righetti